

40º Encontro Anual da Anpocs

ST 17 – Mídias, política e eleições

Corrupção, opinião pública e avaliação de governo: o primeiro mandato de Dilma Rousseff

Érica Anita Baptista¹

¹ Jornalista e Mestra em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Doutoranda em Ciência Política na Universidade Federal de Minas Gerais. Pesquisadora do grupo “Opinião Pública, Marketing Político e Comportamento Eleitoral”, sediado na UFMG. Pesquisadora no “Centro de Investigação Media e Jornalismo” (CIMJ), sediado na Universidade Nova de Lisboa. Colaboradora no blog www.comunicacaoepolitica.com.br. Bolsista CAPES. anitaerica@gmail.com

Resumo: A corrupção é um problema comum a diversos sistemas políticos, podendo afetar a confiança dos cidadãos na representação política e comprometer a estabilidade do regime democrático. O tema tem ganhado visibilidade nos meios de comunicação, sobretudo no Brasil, mas pesquisas sinalizam que a cobertura midiática privilegia a ótica do escândalo em detrimento, muitas vezes, de discussões mais aprofundadas sobre os atos de corrupção. Esta comunicação questiona como a cobertura midiática da corrupção política pode afetar a percepção da corrupção e a opinião pública, nomeadamente a avaliação de governo. Nosso recorte é o primeiro governo Dilma Rousseff. Para tanto, analisamos as edições das revistas *Carta Capital* e *Veja*, nos seguintes acontecimentos: 100 primeiros dias do governo Dilma; Julgamento do mensalão; Copa das Confederações; Copa do Mundo; e Eleições 2014. Mapeamos a visibilidade do tema da corrupção nas revistas e categorias que mostram o comportamento de atores e instituições. Em um segundo momento, analisamos as sondagens divulgadas durante o período, observando as oscilações da avaliação de governo e considerando a percepção da corrupção como importante indicador para as mudanças.

Palavras-chave: corrupção política; percepção da corrupção; opinião pública; avaliação de governo; escândalos políticos.

Introdução

A corrupção política é um problema comum a diversos países, a despeito dos graus de estabilidade democrática e de desenvolvimento econômico, e pode comprometer os padrões dos serviços públicos afetando a qualidade de vida dos cidadãos. Além disso, a corrupção também pode significar mais um entrave na confiança dos cidadãos na representação política, desgastando, assim, a legitimidade e a estabilidade do regime democrático (Moisés, 2010). Num âmbito geral, concordamos, aqui, que a corrupção política se trata do uso ilegal da autoridade e do abuso de poder em benefício próprio em prejuízo do bem-estar da sociedade.

A corrupção é um tema que tem conquistado visibilidade nos meios de comunicação dos regimes políticos democráticos. O Brasil segue essa tendência e a cobertura midiática dos casos de corrupção é cada vez mais constante. Considerando sua influência na opinião pública, a repercussão do tema da corrupção na mídia tem sido um dos indicadores utilizados para

mensurar a percepção da corrupção. Instituições internacionais, como a Transparência Internacional, e diversos pesquisadores têm se dedicado a essa verificação em níveis mundiais.

Estudos sinalizam a relevância da mídia na cobertura dos casos de corrupção e concordam com sua influência na percepção do fenômeno, no entanto, apontam que essa produção é conduzida, em grande medida, sob a ótica do escândalo: “indústria midiática do escândalo” (HEIDENHEIMER, JOHNSTON, LEVINE, 1999; THOMPSON, 2002).

Essa articulação entre os temas opinião pública, mídia e corrupção motivou a parceria entre a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o Centro de Investigação Media e Jornalismo (CIMJ) da Universidade Nova de Lisboa e a Universidade de Moçambique convergirem esforços em um estudo comparativo da representação e percepção da corrupção na mídia². No marco deste convênio, a proposta deste trabalho é compreender possíveis relações entre a cobertura midiática da corrupção e as oscilações na avaliação do primeiro governo da presidente Dilma Rousseff. Partimos de alguns acontecimentos para observar tais variações: 100 primeiros dias do governo Dilma; julgamento do mensalão em 2012; Copa das Confederações / Jornadas de junho de 2013; Copa do Mundo de 2014; e Eleições de 2014.

Analisamos as edições das revistas *Carta Capital* e *Veja*, de modo a observar o agendamento do tema da corrupção em suas publicações. Em seguida, contrapomos esses dados com as avaliações de governo divulgadas nos períodos selecionados. Compreendemos que a percepção da corrupção não é a única variável que compete para a avaliação dos cidadãos, no entanto, partimos da premissa de que é um indicador importante e que pode sinalizar alterações.

² O projeto “Cobertura Jornalística da corrupção Política: uma perspectiva comparada” é liderado pela professora Isabel Ferin Cunha, da Universidade de Coimbra, e no Brasil, o projeto “A representação da corrupção no media e nas redes sociais” é coordenado pela professora Helcimara Telles da UFMG.

Corrupção: abordagens teóricas e percepção

De modo amplo, a corrupção trata do uso ilegal do poder ou da influência para enriquecer a si próprio ou obter algum tipo de benefício, contrariando as convenções legais ou leis em vigor. Entretanto, não podemos falar de um consenso teórico do que seria corrupção no pensamento político ocidental. A construção de uma teoria política da corrupção precisaria dar conta não somente das possibilidades descritivas dos conceitos políticos, mas deveria abrigo, ainda, o horizonte normativo expresso por cada teoria (FILGUEIRAS, 2008).

Assinalam-se duas importantes vertentes estudos, iniciadas a partir do século XX. A “teoria da modernização”, iniciada após a Segunda Guerra Mundial, nos Estados Unidos, busca no sistema organizacional dos países industrializados as variáveis sociais que basearam seu desenvolvimento em grandes mudanças. Essa corrente observa, sobretudo, as mudanças sociais em grandes dicotomias, como exemplo, em nações sub e desenvolvidas. Dessa forma, a corrupção estaria mais próxima ao subdesenvolvimento; em resumo, a corrupção representaria o mau funcionamento das organizações, que não teriam se adaptado às mudanças.

Outra abordagem, que se tornou hegemônica a partir da década de 1990, aproxima a ocorrência da corrupção ao interior dos setores públicos e privados, por meio de um favorecimento dos agentes públicos nos modos de suborno e propina (ROSE-ACKERMAN, 1999). A corrupção estaria relacionada, então, a um comportamento conhecido como *rent-seeking*, no qual os agentes procuram maximizar seus lucros privados, independente se essa busca é realizada dentro ou fora regras estabelecidas de conduta.

No que se refere às pesquisas sobre os impactos da corrupção, a tendência é por investigar, sobretudo, setores como o crescimento econômico e o desenvolvimento social, e também na estabilidade política e na confiança institucional (HUSTED, 1999; JAIN, 2001; JOHNSTON, 2001; KAUFMANN, 1997; KLITGAARD, 1991; LAMBSDORFF, 2006; SELIGSON, 2002; TREISMAN, 2007; WARREN, 2004).

E se existem dificuldades em definir a corrupção, estas também passam pelo problema em qualificá-la enquanto crime, uma vez que é preciso considerar o contexto de sua ocorrência, as leis vigentes e os efeitos na opinião pública. Assim, mensurar a corrupção diretamente torna-se inviável, sendo necessário recorrer, por exemplo, a medidas indiretas.

Dentre os indicadores indiretos da corrupção estão: a vitimização; a percepção; a tolerância; e os dados de agências governamentais de controle da corrupção. As investigações recentes encontram mais sucesso na utilização da medida da percepção.

Sobre a percepção, Casas e Rojas (2008) alertam para a distinção entre “corrupção” e “percepção da corrupção”. A corrupção se aproxima da ocorrência do problema, ao passo que a percepção explica a sensação que os cidadãos têm na interpretação do seu entorno. Deve-se lembrar, ainda, que a percepção é mediada por uma série de fatores, para além das experiências pessoais de quem percebe seu entorno.

Tanto a definição do que é a corrupção quanto a percepção do fenômeno podem ser considerados como um problema cultural, na medida em que dependem de como a sociedade compreende as regras e, ainda, do que constituem como um desvio (MELGAR, ROSSI, SMITH, 2010; BAPTISTA, FRAIHA, 2014). Assim, justifica-se o uso das medidas indiretas, em especial, da percepção. Não obstante, trata-se de uma medida com diversos questionamentos, mas seu mais claro limite advém, justamente, da não delimitação conceitual da corrupção, o que implica em considerar, invariavelmente, o contexto cultural, socioeconômico e institucional. Consideramos os limites e as críticas, e acreditamos que, ainda sim, seja a medida mais indicada para o caso aqui discutido.

A corrupção é um dos principais problemas no Brasil e na América Latina, sobretudo a partir do processo de redemocratização. No Brasil, desde o fim do regime militar e início do processo de redemocratização do Brasil, inúmeros casos de corrupção foram registrados e repercutidos nacionalmente. E o tema

vem assumindo lugar na literatura e nas pesquisas, reflexo, sobretudo, de sua preocupante ocorrência. Citamos exemplos de grande repercussão como o caso do ex-presidente Fernando Collor que culminou em *impeachment* em 1992 e o escândalo do Mensalão, cujo caso envolve acusações de compra de votos de parlamentares no Congresso Nacional; a denúncia foi feita na revista *Veja*, em 2005, pelo então deputado federal Roberto Jefferson (PTB-RJ), também envolvido no esquema de corrupção – o caso foi julgado em 2012. Recentemente, o caso de maior destaque refere-se a um esquema de lavagem de dinheiro que pode ter movimentado mais de dez bilhões de Reais, envolvendo diversos atores políticos e empresários, além de importantes figuras da Petrobrás – Operação Lava Jato.

2. Escândalos políticos midiáticos e os efeitos da mídia

Tratamos, neste trabalho, da percepção da corrupção e sua relação com a mídia. Nesse sentido, supomos que a visibilidade e o tratamento do tema da corrupção nos meios de comunicação sejam capazes de impactar a opinião pública. Dentre os modos operatórios da mídia para a construção das notícias, partimos do pressuposto de que a corrupção é mais facilmente percebida pelos cidadãos do ponto de vista do escândalo midiático. Quando um caso de corrupção é descortinado, ganha visibilidade nos meios de comunicação e a desaprovação social. Em relação à percepção da corrupção e a mídia, diversos estudos apontam para a crescente visibilidade dos casos de corrupção seja na imprensa ou na internet (BAPTISTA, 2015; CUNHA, 2014; TELLES, FRAIHA, LOPES, 2014).

A centralidade dos meios de comunicação alterou as relações entre os campos político e midiático, e a mídia surgiu como um recurso de publicização, estimulando o debate e conferindo visibilidade, deixando em relevo os atos do poder. Nesse cenário, um acontecimento que rompe normas, códigos ou valores responsáveis por regular as relações pessoais, políticas, econômicas etc., pode ser caracterizado como um escândalo, independente de sua classificação, seja político, midiático, sexual, etc. (CASTRO, 2006;

THOMPSON, 2002). Thompson (2000) ressalta, ainda, que o escândalo político midiático é desencadeado pela mídia e na mídia.

Para Lima (2006), a mídia tem o poder de definir o que é público e, mais ainda, opera na constituição do que seria o “evento público”. Do ponto de vista midiático, Aldé e Vasconcellos (2008, p.61) destacam a importância do escândalo como forma de “atrair a atenção das audiências”, além de sobressaltar sua atuação como um ator político e social. Nesse caminho, é pertinente mencionar a capacidade de agendamento da mídia, no sentido de colocar em causa determinados temas e os inserir no debate público (MCCOMBS, SHAW, 1972).

Há muitas críticas sobre o papel da mídia no trato das informações políticas, uma vez que é com frequência acusada de destacar apenas os aspectos negativos da política. Considerando sua capacidade de influenciar a opinião pública, esse direcionamento negativo pode contribuir para o aumento da descrença na política (MESQUITA, MOISÉS, RICO, 2014; PORTO, 2004). Por outro lado, muitos acreditam que, para o tema da corrupção por exemplo, uma cobertura que confere destaque aos pontos negativos e de cunho denunciata fosse capaz de impactar no aumento da fiscalização, investigação e punição dos culpados. Um exemplo foi mencionado por Pharr (2000) que encontrou, em suas pesquisas, forte associação entre o aumento da insatisfação política a uma maior cobertura midiática da corrupção no Japão.

Além do viés do escândalo, que norteia a produção jornalística da corrupção, observada no Brasil e em outros países, também se destaca a ênfase nos agentes envolvidos em detrimento de uma discussão mais profunda respeito da corrupção e de seus efeitos na sociedade (CONTREIRAS, BAPTISTA, 2015; MIGUEL, COUTINHO, 2007). Tais aspectos dizem muito da representação da corrupção política no Brasil, na medida em que observamos que cada vez mais os casos de corrupção ocupam lugar de visibilidade nos meios de comunicação e priorizam o viés denunciata e de atribuição de culpa.

A essa dimensão podemos associar tanto a intenção da mídia em conquistar a audiência e cumprir um papel denunciata, quanto a um aumento na observação

da moral dos políticos, partindo de uma expectativa que sejam, em um primeiro momento, “virtuosos” associada a uma busca incessante de comportamentos reprováveis – o escândalo (TELLES, FRAIHA, LOPES, 2014).

Imagem pública e avaliação de governo

A opinião pública constitui-se alicerçada em valores e atitudes majoritárias, devendo ser vista como um produto de um processo coletivo, do qual participam múltiplos atores sociais, com diferentes graus de relevância na cena. (CHAMPAGNE, 1998; CHARAUDEAU, 2008; MELLO, EMEDIATO, 2013). A interação tem início em grupos primários, até que atinja grandes grupos. O processo de formação da opinião pode ser comparado a uma ideia, ou modelo de cascata, pelo qual passam diversos processos até que se colidam no encontro com o grande público (DEUTSCH, GERARD, 1955). Essa comparação permite mostrar que a opinião não se trata de algo imposto pelo público, mas sim, ao público – conduz a pensar em um processo coletivo.

As disputas políticas são, em maioria, competições pela imposição da imagem pública e pela sua inserção nessa opinião pública. Trata-se de lutas pela construção e administração da imagem de atores políticos, de grupos e instituições que participam de alguma forma do jogo político. As disputas ultrapassam o “fazer político” e reivindicam o “fazer midiático”, e o aparato midiático torna-se parte dessa disputa e as imagens são construídas sob a lógica midiática (BAPTISTA, 2011; GOMES, 2004). As avaliações de governo transitam nesse jogo de imagens políticas e a sua administração torna-se fundamental.

Um frequente questionamento, também por parte dos governos, é referente à influência da mídia na formação da opinião das pessoas. Para o caso da corrupção e considerando a centralidade da mídia na contemporaneidade, pode-se elaborar que quanto mais os meios de comunicação divulgam os casos, mais aumenta a percepção das pessoas de que a corrupção está também aumentando (CÁBELKOVÁ, 2001), o que alguns autores chamam de “câmara de eco” (PHARR, PUTNAM, 2000; POWER, GONZÁLES, 2003). Ou seja, os cidadãos tendem a perceber mais a corrupção tanto mais o tema

ocupe o palco midiático. Abramo (2005) pondera que, entretanto, a maior cobertura dos casos de corrupção pode significar, também, mais investimentos nos mecanismos de controle. Desse modo, pode-se dizer que, em alguma medida, a percepção da corrupção também tem relação com os graus de exposição dos indivíduos às informações veiculadas pelos meios de comunicação sobre os acontecimentos de corrupção.

Cultivar o apoio popular é uma estratégia que ultrapassa os períodos eleitorais e faz parte da campanha permanente de uma figura política. A avaliação do desempenho de um governo e da imagem do governante são, desde a década de 1970, objetos de pesquisa, sobretudo, nos Estados Unidos. Indicadores econômicos e políticos são considerados os mais relevantes, e as variáveis econômicas, normalmente, ocupam posição de destaque (MUELLER, 1970). O público pode, eventualmente, punir o governo nas avaliações quando a performance econômica não é satisfatória, podendo, ainda, punir o governante nas urnas em um caso de reeleição (LEWIS-BECK, PALDAM, 2000).

Mesmo considerando a importância das variáveis econômicas, as políticas se aproximam mais dos objetivos desta pesquisa. Dentre os aspectos observados, o primeiro a ser considerado são as características pessoais do governante, tais como carisma, provas de honestidade e habilidade política, entre outros. Em segundo, surge o tempo de mandato, de modo que, quanto maior for, também maior a chance de desgaste da imagem (MUELLER, 1970).

A variável escândalos e dramas políticos não é muito considerada nos estudos que se dedicam a avaliação de governos e popularidade, entretanto, alguns pesquisadores encontram evidências que sinalizam para sua importância em dados contextos (JACOMO, 2014). Cabe ressaltar que, no âmbito deste trabalho, trata-se de uma variável de saliência e sobre a qual dedicamos atenção. Acreditamos que os escândalos políticos, em especial, os que envolvem o tema da corrupção, podem influenciar a opinião pública, remetendo-nos à premissa de que afetam, assim, a avaliação de governo.

Considerações metodológicas

A intenção neste artigo é compreender a representação da corrupção na

imprensa, considerando a construção dos acontecimentos enquanto escândalos políticos midiáticos, e como podem interferir na opinião pública, com destaque, aqui, para a avaliação de governo.

Optou-se pela análise de conteúdo das revistas *Carta Capital* e *Veja*³, observando-se a visibilidade do tema da corrupção, por meio da recorrência, e a sua representação. O material compreende 137 edições da *Carta Capital* e da *Veja* de acordo com os períodos: para "100 dias do governo Dilma" consideramos as edições de 05 de janeiro a 27 de abril de 2011; "Julgamento do mensalão" compreende as edições de 01 de agosto a 19 de dezembro de 2012; para "Copa das Confederações e Jornadas de Junho" consideramos as publicações de 05 de junho a 31 de julho de 2013; e para "Copa do Mundo e Eleições de 2014" selecionamos as edições de 04 de junho a 29 de outubro de 2014.

Selecionamos e adaptamos algumas categorias do projeto "Cobertura Jornalística da corrupção Política: uma perspectiva comparada" que melhor se aplicavam ao caso aqui proposto. As categorias escolhidas abrangem a visibilidade do tema da corrupção nas capas das revistas e a recorrência em cada edição, e os principais atores envolvidos.

As revistas podem não ser a principal fonte de informação dos cidadãos, mas permitem reportagens mais analíticas e oferecem conteúdos mais completos, informativos e segmentados. Destaca-se, também, a importância de analisar duas revistas distintas do ponto de vista editorial, o que permite a comparação. Convém mencionar que consideramos a análise das capas, reportagens e matérias que envolvam o tema da corrupção, e ainda imagens e recursos gráficos utilizados nesses espaços, porém descartamos da análise dos editoriais e os artigos de opinião, uma vez que já figuram um espaço declarado de opinião.

Os dados extraídos da análise das revistas foram confrontados com as

³ A revista *Veja* (48 anos) ocupa o primeiro lugar em vendas entre as principais do gênero no país e a *Carta Capital* (22 anos) ocupa a quarta posição, segundo o Instituto Verificador de Circulação (IVC) - 2014.

pesquisas de opinião divulgadas no mesmo período. As sondagens utilizadas foram realizadas pelo Datafolha e pelo Ibope, entre os anos de 2011 e 2014. Extraímos as questões referentes a avaliação de governo, confiança em Dilma Rousseff, percepção da corrupção e expectativa com relação à economia.

O período de análise é justificado pela observação do fluxo noticioso, ou seja, será observada a recorrência do tema da corrupção – a recorrência é um importante recurso que confere importância ou visibilidade a temas ou atores (LUHMAN, 2005). A partir dessa análise, acreditamos ser possível identificar como as revistas se inserem nas tendências da mídia brasileira para a cobertura dos casos de corrupção e, acima de tudo, contribuir para que possamos compreender as variações na opinião pública no que se refere às avaliações de governo.

Partimos de alguns pressupostos que norteiam esta pesquisa. Acreditamos que a percepção da corrupção tende a ser maior quanto maior for a exposição do público à mídia para notícias relacionadas ao tema. Seguindo esse caminho, questionamos até que ponto essa percepção da corrupção, condicionada pela mídia, poderia influenciar a opinião pública? E, do mesmo modo, qual a influência da percepção da corrupção na avaliação de governo? A partir disso, também formulamos outras questões: A avaliação de governo piora com o aumento da percepção da corrupção? A preocupação com a economia aumentou à medida em que cresceu a percepção da corrupção? Quais os atores e instituições mais recorrentes? A recorrência do tema da corrupção foi maior nos períodos eleitorais de 2012 e 2014?

Para tais questionamentos, lançamos algumas hipóteses: H1) Quanto maior a visibilidade do tema da corrupção na mídia, maior a desaprovação ao governo: consideramos a frequência do tema da corrupção nas revistas analisadas em relação à avaliação de governo no mesmo período; H2) Quanto maior a percepção da corrupção, menor a confiança figura do governante: observamos a oscilação da percepção da corrupção enquanto um problema no Brasil em relação às mudanças na confiança em Dilma Rousseff; H3) A percepção ou a preocupação com a corrupção tende a ser menor quanto melhor é a situação

da economia: partimos dos resultados das pesquisas de avaliação de governo, para as questões que tratam de economia e corrupção.

Cobertura midiática da corrupção e avaliação de governo

A corrupção no Brasil é vista como um grave problema, em grande medida, por ser percebida como inerente à nossa vida política e ela prejudica “a relação dos cidadãos de um Estado com a vida política em geral e não apenas com uma de suas instâncias mais facilmente identificáveis” (BIGNOTTO, 2006, p.83). Sobre isso, trazemos os índices de percepção do fenômeno no país entre os anos de 1995 e 2014, de acordo com os resultados das pesquisas realizadas pela Transparência Internacional. Destacamos os anos de 2011 a 2014 que compõem nosso período de análise.

Tabela 01 – Ranking mundial da corrupção: Brasil de 1995 a 2014

Ano	Posição do Brasil no ranking mundial	Total de países	Governo vigente
<u>2014</u>	<u>69</u>	<u>175</u>	<u>Dilma Rousseff</u>
<u>2013</u>	<u>72</u>	<u>177</u>	<u>Dilma Rousseff</u>
<u>2012</u>	<u>69</u>	<u>176</u>	<u>Dilma Rousseff</u>
<u>2011</u>	<u>73</u>	<u>183</u>	<u>Dilma Rousseff</u>
2010	69	178	Lula da Silva
2009	75	180	Lula da Silva
2008	80	180	Lula da Silva
2007	72	180	Lula da Silva
2006	70	163	Lula da Silva
2005	62	159	Lula da Silva
2004	59	146	Lula da Silva
2003	54	133	Lula da Silva
2002	45	102	Fernando Henrique Cardoso
2001	46	91	Fernando Henrique Cardoso

2000	49	90	Fernando Henrique Cardoso
1999	45	99	Fernando Henrique Cardoso
1998	46	85	Fernando Henrique Cardoso
1997	36	52	Fernando Henrique Cardoso
1996	40	54	Fernando Henrique Cardoso
1995	37	41	Fernando Henrique Cardoso

Fonte: Transparency Internacional – Corruption Perception Index. Elaborado pela autora.

De acordo com a análise das revistas, a corrupção foi tema de capa, sobretudo durante o período do julgamento do caso do mensalão, seguido do ano de 2014, quando repercutiu, e ainda está em voga, o caso de corrupção da Petrobras, que ficou conhecido como Operação Lava Jato.

Tabela 02 - Visibilidade do tema da corrupção nas capas das revistas Carta Capital e Veja

	Sim	Não	Total
100 Dias de Governo	3	30	33
Julgamento do mensalão	27	15	42
Copa das Confederações / Jornadas de Junho	1	17	18
Copa do Mundo	2	18	20
Eleições 2014	11	13	24
Total	44	93	137

Fonte: Autora (2016).

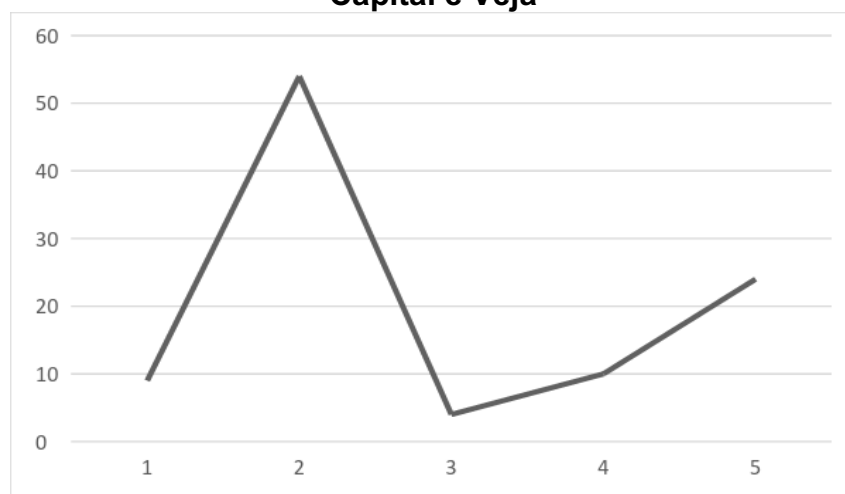
Por um horizonte teórico, várias interferências podem atingir a popularidade do governo, como os valores, a identificação partidária, a economia, e as emoções e sentimentos em respeito ao governo (TELLES, SAMPAIO, BAPTISTA, 2015). Também convém frisar que é possível observar a influência desses aspectos isoladamente, no entanto, uma inferência mais assertiva certamente terá sucesso quando se avalia o conjunto dos aspectos. Aqui, portanto, isolamos a percepção da corrupção condicionada pela cobertura midiática, ainda que

alguns aspectos econômicos sejam resgatados para fins explicativos.

De modo geral, a avaliação do desempenho do governante tende a sofrer mais o impacto gerado por assuntos que sensibilizam diretamente o cotidiano dos cidadãos se comparados àqueles mais afastados de suas realidades. Desse modo, as demandas de cunho nacional, em especial aquelas não conectadas à economia, parecem pouco afetar a imagem que os indivíduos moldam acerca do presidente e do governo (TELLES, SAMPAIO, BAPTISTA, 2015). Ou seja, o que se aproxima do bem-estar individual pode ter mais força na percepção em relação ao desempenho do governo.

Para tratarmos de H1, apresentamos um panorama das notícias de corrupção identificadas nas edições analisadas em relação ao período e, em seguida, trazemos um painel da avaliação do governo Dilma Rousseff.

Gráfico 01 - Notícias sobre corrupção nas edições das revistas Carta Capital e Veja



Fonte: Autora (2016).

Tabela 03 - Avaliação do governo Dilma Rousseff (%)

	03/11	12/12	06/13 ¹	06/13 ²	06/14	10/14 ³	10/14 ⁴
Ótimo/Bom	47	62	57	43	38	39	42
Regular	34	30	33	30	33	36	37
Ruim/Péssimo	7	7	9	25	28	23	20
NS/NR	12	1	1	1	1	1	2

¹Antes dos protestos de junho. ²Após os protestos de junho. ³1º turno. ⁴2º turno.
Fonte: Datafolha

Ao observarmos os dados acima relacionados, podemos dizer que, ao contrário das expectativas, a maior recorrência do tema da corrupção não representa, necessariamente ou sempre, maior desaprovação do governo.

Ainda que nenhum acontecimento específico tenha sido registrado nos 100 primeiros dias do governo Dilma, a opção em observar esse período parte de uma justificativa teórica que considera a relevância do tempo do mandato para a imagem do presidente. Assim, o início do mandato (os 100 primeiros dias) é marcado, normalmente, por uma alta popularidade do governante: "lua de mel". Em muitos casos, o fim do mandato também pode apresentar picos de popularidade pelo "efeito nostalgia" (BERLEMANN, ENKELMANN, 2012; BURDEN, MUGHAN, 2003; MUELLER, 1970). Nos 100 primeiros dias do governo Dilma foram identificadas 9 peças relacionadas à corrupção nas revistas e a aprovação do governo era de 47% para bom ou ótimo, e 34% para regular⁴.

Em 2012, quando ocorreu o julgamento do caso do mensalão, que envolve importantes figuras do partido da então presidenta Dilma Rousseff, o PT, registramos grande recorrência do tema nas revistas analisadas – 54 peças (Gráfico 01). No entanto, quando comparamos com a avaliação de governo (Tabela 03), percebemos que a avaliação do governo caiu apenas 2% - 64 para 62.

Em outra situação, Copa das Confederações e Jornadas de Junho em 2013, ainda que o tema da corrupção tenha sido uma bandeira levantada nos protestos, o mesmo não ocorreu nas revistas, no que diz respeito a abordagem de casos. E a avaliação do governo caiu, saindo de 62% no fim de 2012 e fechando o ano de 2013 em 41%.

No ano seguinte, em 2014, quando se tornou público o escândalo de corrupção

⁴ Lula da Silva finalizou seu segundo mandato, em 2010, com governo avaliado em bom ou ótimo por 83% dos entrevistados, de acordo com pesquisa realizada pelo Datafolha em novembro de 2010, com 11.281 entrevistas em 421 municípios, margem de erro de 2 pontos percentuais e nível de confiança de 95%.

na Petrobras, conhecido como Operação Lava Jato, a avaliação do governo sentiu ainda mais os efeitos da desaprovação da opinião pública. Não houve queda significativa da avaliação do governo, no entanto, ela se manteve baixa. Em novembro de 2013, o governo foi considerado bom ou ótimo por 41% dos entrevistados, caindo 2% com o início das investigações da Operação Lava Jato, mantendo-se em 39% até o fim do primeiro turno das eleições presidenciais e fechando o ano em 42%. Vale destacar aqui que algumas peças que tratavam de casos de corrupção, sobretudo, em relação à Lava Jato, traziam "eleições" como selo da notícia. Uma vez que Dilma Rousseff concorria à reeleição e estava bem colocada nas pesquisas de intenção de voto, e o escândalo da Petrobras envolve figuras importantes do PT, é razoável supor que essa ênfase em eleições tenha intenção em confluir as duas temáticas, a corrupção na Petrobras e a reeleição de Dilma, em um mesmo cenário que foi o eleitoral.

Ainda que o ano de 2015 não faça parte da proposta deste artigo, vale mencionar que o tema da corrupção foi mais recorrente nas revistas em questão. O caso da Lava Jato, foi tema predominante nas revistas analisadas. De acordo com as pesquisas do Ibope de 2015⁵, dentre as notícias mais lembradas pela população, aquelas que tratam da Operação Lava Jato ocupam a primeira posição, nas pesquisas de setembro e junho, e a segunda posição na sondagem de dezembro, quando a notícia mais lembrada foi referente ao impeachment de Dilma Rousseff. E quando se observa a avaliação de governo, a queda da aprovação ótimo/bom cai de modo expressivo (Tabela 04). A confiança em Dilma também seguiu o mesmo curso, apresentando queda no ano de 2014 (Tabela 05).

⁵ Sondagens de avaliação de governo de junho, setembro e dezembro de 2015.

Tabela 04 - Avaliação do desempenho do Governo Federal

	11/2014	03/2015	08/2015
Ótimo/Bom	41%	13%	10%
Regular	37%	27%	30%
Ruim/Péssimo	21%	60%	57%
NS/NR	1%	1%	1%

Fonte: SECOM⁶

Tabela 05 - Confiança em Dilma Rousseff (%)

	2011	2012		2013		2014		
	Mar.	Jun.	Dez.	Mar.	Set.	Jun.	Set.	Dez.
Confia	74	72	73	75	52	44	48	52
Não confia	16	25	22	22	43	50	46	41
NS/NR	10	3	4	3	5	6	6	8

Fonte: Ibope. Elaborado pela autora.

Quando observamos os atores envolvidos nas peças que abordam o tema da corrupção, os mais recorrentes são: Marcos Valério, João Paulo Cunha, José Dirceu, Delúbio Soares, Henrique Pizzolato, Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef, que estão implicados diretamente no escândalo do mensalão e da Petrobras, e, portanto, são mencionados com tom bastante negativo. O ex-ministro do STF Joaquim Barbosa, também envolvido no caso do mensalão, porém, mencionado com tom prioritariamente positivo, uma vez que conduziu o julgamento do caso. Dilma Rousseff, Lula da Silva e Aécio Neves, ainda que a caracterização tenha variado entre as revistas, de modo geral, o tom foi neutro, variando em momentos específicos.

Outro aspecto observado nas notícias tratou da avaliação que era feita da corrupção em relação à sociedade, ou seja, se além de denunciar os casos,

⁶ Foram realizadas 2.002 entrevistas de 22 a 28 de novembro de 2014. O nível de confiança do estudo é de 95% e a margem de erro é de 2 pontos percentuais.

apontar envolvidos e culpados, havia uma abordagem das consequências da corrupção para os cidadãos. E conforme já suportado por outros pesquisadores, os meios de comunicação se preocupam mais com o caráter do espetáculo em detrimento de explicações mais cotidianas aos cidadãos o que resultou, neste trabalho, em 1.45% de situações em que os casos foram analisados tendo em vista a perspectiva do cidadão.

Em H2 relacionamos a percepção da corrupção e a confiança em Dilma Rousseff. Como mostra a tabela 5, a confiança em Dilma também sofreu oscilações à medida em que a corrupção foi inserida no debate público.

Se considerarmos apenas as menções a Dilma Rousseff e Lula da Silva no material analisado, podemos dizer que a perda da confiança caminha no mesmo sentido da imagem negativa da ex-presidenta que foi sendo construída no decorrer dos anos, em relação ao tema da corrupção. Até 2012, quando ocorre o julgamento do mensalão, Dilma não figurava entre os atores mais citados e, de modo geral, era uma visão neutra. Ao passo que Lula, mesmo não sendo mais o presidente, era recorrentemente mencionado e com privilégio de um tom negativo. Em 2014, com as denúncias relativas ao escândalo da Petrobras, as menções à então presidenta apresentaram maior frequência e ganharam um tom cada vez mais negativo, seja por associação mais frequente ao PT ou à possível participação no esquema de corrupção em causa.

Tabela 06 – Menções a Dilma Rousseff na cobertura da corrupção (%)

Acontecimento	Menções
100 dias de governo	3.03%
Julgamento do mensalão	4,76%
Copa das Confederações	0%
/Jornadas de junho	
Copa do Mundo	15%
Eleições 2014	20,83%

Fonte: Autora (2016).

Citamos outros esforços em compreender a relação entre a cobertura midiática da corrupção e a percepção do fenômeno, como a pesquisa de Mesquita, Moisés e Rico (2014) que compara a cobertura jornalística da corrupção de

1995 a 2010 e a percepção da corrupção por parte dos cidadãos brasileiros. A confluência entre a percepção da corrupção (mensurada via análise das pesquisas do Latinobarômetro) e a cobertura midiática (por análise dos jornais diários de circulação nacional, *Estadão* e *Folha de S. Paulo*) se destaca em alguns momentos, sobretudo em 2005 quando deflagra o caso do mensalão. Assim como propõem os autores, a corrupção não nos parece ser um tema que percorre as conversas cotidianas dos cidadãos, o que nos permite pensar na contribuição da mídia na circulação da informação política, no caso, sobre a corrupção, aumentando, portanto, o conhecimento e a percepção dos cidadãos sobre o fenômeno.

A terceira hipótese segue essa linha, quando relacionamos a percepção da corrupção e a economia. A situação econômica, ou o desenvolvimento econômico de um determinado momento pode ser uma variável explicativa importante para a percepção da corrupção. Essa premissa é um ponto de convergência em diversas pesquisas, seja a situação econômica do país, ou a do indivíduo (CASAS, ROJAS, 2008; TREISMAN, 2000). De acordo com essa abordagem, se economia está em condições favoráveis, o público tende a ser mais otimista com relação à política de modo geral. Ao contrário, em situações de economia desfavorável ou em crise, a política torna-se mais sensível às críticas dos cidadãos, sobretudo, temas como a corrupção (CASAS, ROJAS, 2008). Assim, a literatura sugere que os graus de estabilidade econômica e democratização de um regime podem explicar, em alguma medida, a maior ou menor percepção da corrupção (DI JOHN, 2005; SELIGSON, 2006).

Quando perguntados sobre os principais problemas do país, ainda que a corrupção tenha sido mais lembrada do decorrer do primeiro governo Dilma, em consonância com os escândalos e acontecimentos envolvendo o tema, saúde e segurança ainda são as principais preocupações dos brasileiros (Tabela 07). Podemos elaborar que isso é reflexo da falta de transposição da corrupção para o cotidiano dos cidadãos. Vale retomar o que Casas e Rojas (2008) dizem sobre a percepção da corrupção como um sentimento ligado à interpretação do seu entorno. Ainda sobre isso, a economia também não alcança destaque, mas ainda há um grande descolamento entre o sentimento

dos cidadãos em respeito à economia nacional e a sua situação individual. A psicologia social conclui, nas palavras de Sternberg (2000, p. 110), que a “percepção é um conjunto de processos pelos quais reconhecemos, organizamos e entendemos as sensações recebidas dos estímulos ambientais”.

Tabela 07 - Principal problema do país (%)

Categories	após 3 meses	Jan. 2012	Dez. 2012	Jun. 2013	Fev. 2014	Dez. 2014
Saúde	31	39	40	48	45	43
Violência/ segurança	16	14	20	10	18	18
Educação	12	8	11	13	9	9
Desemprego	11	9	6	4	4	4
Fome/ Miséria	7	5	3	2	2	2
Corrupção	<u>3</u>	<u>7</u>	<u>4</u>	<u>11</u>	<u>10</u>	<u>9</u>
Salário	3	1	1	1	1	1
Drogas / tráfico de drogas	2	2	1	0	1	0
Habitação	2	2	1	0	*	1
Distribuição de renda/ desigualdade social	1	1	0	0	1	0
Economia	1	1	1	2	*	3
Outro problema	4	5	2	2	3	3
Todos	*	*	*	*	*	*
Nenhum	*	*	*	*	*	*
Não sabe	4	4	4	2	2	3

Fonte: Datafolha.

Nas tabelas a seguir, ainda que a economia não tenha se mostrado como tema

preocupante aos cidadãos, quando se avalia especificamente alguns indicadores econômicos, a expectativa com relação a economia já parece ser mais sensível aos acontecimentos relacionados a corrupção.

Tabela 08 – Expectativa de inflação (%)

	Mar. 201 1	Dez. 201 2	Jun. 201 3 ¹	Jun. 201 3 ²	Jun. 201 4	Out. 201 4	Dez. 201 4
Vai aumentar	41	44	51	<u>54</u>	<u>64</u>	31	<u>54</u>
Vai diminuir	13	13	12	15	7	21	14
Vai ficar como está	42	37	30	27	21	<u>35</u>	26
Não sabe	4	6	6	5	8	13	6

¹Antes dos protestos de junho. ²Após os protestos de junho.

Fonte: Datafolha.

Tabela 09 – Expectativa da evolução do desemprego (%)

	Mar. 2011	Dez. 201 2	Jun. 201 3 ¹	Jun. 201 3 ²	Jun. 201 4	Out. 201 4	Dez. 201 4
Vai aumentar	27	33	36	<u>44</u>	<u>48</u>	26	<u>38</u>
Vai diminuir	39	33	27	<u>19</u>	<u>18</u>	31	<u>27</u>
Vai ficar como está	31	31	32	33	28	<u>33</u>	29
Não sabe	3	4	4	4	6	10	5

¹Antes dos protestos de junho. ²Após os protestos de junho.

Fonte: Datafolha.

De acordo com as tabelas acima (Tabelas 8 e 9), podemos observar que os três maiores índices de expectativa de aumento da inflação e do desemprego coincidem com as manifestações ocorridas em junho de 2013 e com dezembro de 2014, quando repercutia o escândalo na Petrobras. Interessante observar a mudança ocorrida de outubro de 2014 e dezembro do mesmo ano. No momento eleitoral, as apostas foram pela continuidade dos índices.

A literatura, como mencionado, propõe que a situação econômica quando não vai bem pode refletir em aumento da percepção da corrupção. De toda forma, não testamos aqui essa relação causal. Trazemos os dados para acrescentar mais um ponto à discussão sobre a avaliação de governo e a relação com a

economia. Se pensar a economia em uma dimensão mais abrangente talvez escape à percepção cotidiana dos indivíduos, os indicadores podem representar um descolamento menor entre a realidade econômica do país e a individual.

Considerações finais

A corrupção é um problema, dentre outros, que pode comprometer a qualidade dos serviços e a estabilidade de um sistema político. São muitos os esforços para compreender a corrupção, seja sob a ótica teórica quanto na identificação das práticas ilícitas. E nessa trilha, compreender a percepção da corrupção também representa um desafio aos estudos contemporâneos.

Neste trabalho, partimos da relação entre a percepção da corrupção e a mídia. No Brasil, assim como em muitos outros países, o tema da corrupção tem grande visibilidade nos meios de comunicação e pode ter diversos efeitos na opinião pública.

Inseridos nas discussões que tratam da percepção da corrupção, mídia e opinião pública, observamos como os efeitos dessa relação pode afetar a avaliação de governo. Para isso, acompanhamos a visibilidade dos casos de corrupção na imprensa, por meio da análise das revistas *Carta Capital* e *Veja*, nos anos de 2011 a 2014, considerando alguns acontecimentos: 100 primeiros dias de governo Dilma; Julgamento do mensalão em 2012; Copa das Confederações/Jornadas de Junho de 2013; Copa do Mundo; e Eleições de 2014. Destacamos a recorrência do tema da corrupção nas revistas e comparamos os resultados com as pesquisas de avaliação de governo realizadas pela SECOM, Datafolha e Ibope no referido período.

A corrupção passou a ser uma variável de peso na vida dos cidadãos na mesma trilha em que a percepção sobre o fenômeno cresce. E se consideramos que a percepção da corrupção é condicionada, entre outros, pela cobertura midiática, podemos dizer que a análise das revistas corroborou, em alguma medida, essa observação. Ainda que as oscilações não tenham sido significativas em todos os momentos em que a cobertura midiática da

corrupção tenha se intensificado, a percepção da corrupção pode, em alguma medida, contribuir como indicador da avaliação de governo pela opinião pública. De todo modo, temos limitações neste trabalho, uma vez que outras mídias não foram consideradas, como a televisão e a internet. Acreditamos que nas análises que contemplem mais opções de mídia, é possível que a avaliação de governo seja mais sensível aos impactos da cobertura midiática.

Também observamos a percepção da corrupção e a confiança em Dilma Rousseff. Os índices de confiança sofreram oscilações à medida em que a corrupção foi ganhando visibilidade midiática e as menções, notadamente negativas, a Dilma aumentaram a recorrência na cobertura do tema da corrupção.

Por fim, optamos por trazer algumas considerações em relação a percepção da corrupção e a economia, uma vez que se mostra um indicador muito utilizado nas pesquisas que balizam a avaliação de governo. O que observamos foi que a situação da economia brasileira não produz oscilações significativas quando comparamos com os indicadores da economia, como a inflação e o desemprego. Ou seja, a percepção em relação a economia surte mais efeito quando os indivíduos conseguem estabelecer uma relação mais próxima com a sua realidade econômica, ou a economia individual.

Ainda que a corrupção não seja a única valência considerada pelos cidadãos para avaliar um governo ou um governante, como a literatura e diversos trabalhos salientam, é um tema que surge no debate público e tem força para interferir nas avaliações da opinião pública. Também vale ressaltar que a percepção da corrupção é mediada por muitos aspectos e a mídia é apenas um deles, podendo ser relevante em algumas situações ou sociedades.

As observações que apresentamos nesta oportunidade sinalizam para a importância da mídia na contemporaneidade e como é possível compreender a opinião pública a partir de diversas influências, entre elas, a exercida pelos meios de comunicação. A relação que foi encontrada entre a visibilidade do tema da corrupção e os reflexos na opinião pública, em questão aqui a avaliação de governo, colocam em causa a capacidade de agendamento da

mídia e de colocar em discussão certos temas no debate público.

Referências

ABRAMO, C. W. Percepções pantanosas. A dificuldade de medir a corrupção. **Novos Estudos - CEBRAP**, n. 73, 2005.

ALDÉ, A.; VASCONCELLOS, F. Ao vivo, de Brasília: escândalo político, oportunismo midiático e circulação de notícias. **Revista de Ciências Sociais** (Fortaleza), v. 39, 2008, p. 36-48.

AVRITZER, L. Índices de percepção da corrupção. In: AVRITZER, L. *et al.* **Corrupção. Ensaios e críticas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

BAPTISTA, E. A. Internet e escândalos políticos: a corrupção e as eleições municipais de 2012. In: ALDÉ, A.; MARQUES, P. F. J. **Internet e poder local**. Salvador: Edufba, 2015.

BAPTISTA, E. A. **Mídia e política: A construção da candidatura de Aécio Neves como presidenciável em 2010**. (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011.

BAPTISTA, E. A.; FRAIHA, P. Exposição e confiança nos meios de comunicação: efeitos sobre a percepção da corrupção. **38º Encontro Anual da Anpocs**, Caxambu (Minas Gerais), Brasil, 2014.

BIGNOTTO, N. Corrupção e Estado de direito. In: ANASTASIA, Fátima e AVRITZER, Leonardo (orgs.). **Reforma política no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 82-86.

BURDEN, B. C.; MUGHAN, A. The International Economy and Presidential Approval. **The Public Opinion Quarterly**, v.67, n.4, 2003, p. 555–578.

CASAS, D. P. M.; ROJAS, H. Percepciones de corrupción y confianza institucional. In: ROJAS, Hernando *et al.* **Comunicacion y cidadania**. Bogotá: Universidade de Externado, 2011.

CASTRO, M. C. P. S. Mídia e política: controversas relações. In: INÁCIO, M., NOVAIS, R., ANASTASIA, F. (Orgs.). **Democracia e referendo no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

CEVERLLINI, S. **Corrupção na política: eleitor vítima ou cúmplice?** São Paulo: IBOPE Inteligência, 2006.

CHAMPAGNE, P. **Formar a opinião: o novo jogo político**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CHARAUDEAU, P. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2008.

CONTREIRAS, P.; BAPTISTA, E. A. Cobertura jornalística da Corrupção Política: o caso do Submarinos em 2010. **IV Congresso Internacional de Comunicação Política e Estratégias de Campanha da ALICE**, Belo Horizonte, Brasil, 2015.

CUNHA, I. F. Visibilidade da cobertura jornalística da corrupção política e indicadores de opinião pública. In: Cunha, I. F.; Serrano, E. **A cobertura jornalística da corrupção política: sistemas políticos, sistemas midiáticos e enquadramentos legais**. Lisboa: Alêtheia Editores, 2014.

CUNHA, I. F. Crise, corrupção política e media. In: SÁ, A.; PEIXINHO, A. T.; CAMPONEZ, C. (Orgs.). **Aprofundar a crise**. Olhares multidisciplinares. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

DA VIÁ, S. C. **Opinião Pública: técnica de formação e problemas de controle.** São Paulo: Loyola, 1983.

DELLAPORTA, D. Social capital, Beliefs in Government, and Political Corruption. In: PHARR, S. J.; PUTNAM, R. D. **Disaffected Democracies: What's Troubling the Trilateral Countries?** Princeton: Princeton University Press, 2000.

DEUTSCH, M.; GERARD, H. A study of normative and informational social influences upon individual judgment. **Journal of Abnormal and Social Psychology**, v.51, n.3, p. 629–636, 1955.

FILGUEIRAS, F. **Corrupção, democracia e legitimidade.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

GOMES, W. **Transformações da política na era da comunicação de massa.** São Paulo: Paulus, 2004.

HALLIN, D. C.; Mancini, Paolo. **Comparing Media Systems. Three Models of Media and Politics.** Cambridge, New York: Cambridge University Press, 2004.

HEIDENHEIMER, A.; JOHNSTON, A. J. **Political Corruption: Concepts and Contexts.** 3rd. Ed. New Brunswick, N.J.: Transaction Publishers, 2009.

HEIDENHEIMER, A.; JOHNSTON, A. J.; LEVINE, V. **Political Corruption.** New Brunswick, N.J.: Transaction Publishers, 1989.

HUSTED, B. W. Wealth, Culture, and Corruption. **Journal of International Business Studies**, Houndmills (Hampshire), v. 30, n. 2, p. 339-360, 1999.

JAIN, A. K. Corruption: A Review. **Journal of Economic Surveys**, v. 20, n. 4, p. 78-96, 2001.

JOHNSTON, M. The New Corruption Rankings: Implications for Analysis and Reform. Paper presented at the **World Congress of the International Political Science Association**, Quebec, Canada, 2001.

LAMBSDORFF, J. G. Causes and Consequences of Corruption: What Do We Know from a Cross- Section of Countries? In: ROSE-ACKERMAN, S. (Org.) **International Handbook on the Economics of Corruption**, Edward Elgar Publishing, 2006.

LEWIS-BECK, M.; PALDAM, M. Economic voting: an introduction. **Electoral studies**, v. 19, n. 2, p. 113-121, 2000.

LIMA, V. **Mídia: crise política e poder no Brasil.** São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2006.

LUHMANN, N. **A realidade dos meios de comunicação.** São Paulo: Paulus, 2005.

McCOMBS, M.; SHAW, D. The Agenda Setting Function of Mass Media. **Public Opinion Quarterly**, University of Chicago Press, v. 36, n. 2, 1972.

MELGAR, N.; ROSSI, M.; SMITH, T. The perception of corruption in a cross-country perspective: Why are some individuals more perceptive than others? **Economia Aplicada**, v. 14, n. 2, p. 183-198, 2010.

MELLO, S. F.; EMEDIATO, W. Informação jornalística, publicidade e propaganda. In: EMEDIATO, W. (org.). **A construção da opinião na mídia.** Belo Horizonte: FALE/UFMG Núcleo de Análise do Discurso, 2013.

MESQUITA, N. C.; MOISÉS, J. A.; RICO, B. As diferentes dinâmicas da corrupção: mídia, percepção e instituições no contexto brasileiro. In: Cunha, I. F.; Serrano, E. **A cobertura jornalística da corrupção política: sistemas políticos, sistemas midiáticos e enquadramentos legais.** Lisboa: Alêtheia Editores, 2014.

- MIGUEL, L. F.; COUTINHO, A. A crise e suas fronteiras: oito meses de “mensalão” nos editoriais dos jornais. **Opinião Pública**, v.13, n.1, junho 2007.
- MOISÉS, José Álvaro. Corrupção Política e Democracia no Brasil Contemporâneo. **Revista Latino - Americana de Opinión Pública**: investigación social aplicada, v. 1, n. 0, p. 103-124. 2010.
- MUELLER, J. Presidential popularity from Truman to Johnson. **American Political Science Review**, n.86, 1970, p.597-611.
- PHARR, S. J.; PUTNAM, R. D. **Disaffected Democracies**. Princeton: Princeton University Press, 2000.
- PORTO, M. Enquadramentos da mídia e política. In: **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. Salvador: EDUFBA/Unesp, 2004. p.74-104.
- POWER, T. J.; GONZÁLEZ, J. Cultura Política, Capital Social e Percepções sobre a Corrupção: uma investigação quantitativa em nível mundial. **Revista de Sociologia e Política**, n.21, p. 51-69, 2003.
- POWER, T. J.; JAMISON, G. D. A desconfiança Política na América Latina. **Opinião Pública**, Campinas, v. 11, n.1, p.64-93, março, 2005.
- ROSE-ACKERMAN, S. **Corruption and Government**. New York: Cambridge University Press, 1999.
- SELIGSON, M. A. The Impact of Corruption on Regime Legitimacy: A Comparative Study of Four Latin American Countries. **Journal of Politics**, v. 64, p. 408-433, 2002.
- TELLES, H.; FRAIHA, P.; LOPES, N. Meios de Comunicação, corrupção e redes sociais nas eleições para prefeito no Brasil. In: CUNHA, I.; SERRANO, E. **Cobertura jornalística da corrupção política**: sistemas políticos, sistemas midiáticos e enquadramentos legais. Lisboa: Alêtheia Editores, 2014. p.421-457.
- THOMPSON, J. B. **O escândalo político**: poder e visibilidade na era da mídia. Trad.: Pedrinho A. Guareshi. Petrópolis: Vozes, 2002.
- TREISMAN, D. What Have We Learned About the Causes of Corruption from Ten Years of Cross-National Empirical Research. **Annual Review of Political Science**, v. 10, p. 211-244, 2007.
- VIAN, T. Review of Corruption in the Health Sector: Theory, Methods and Interventions. **Health Policy and Planning**, v. 23, p. 83-94, 2008.
- WARREN, E. M. What Does Corruption Mean in a Democracy? **American Journal of Political Science**, v.48, p.328–343, 2004.
- WEAVER, D. H. Thoughts on Agenda Setting. Framing, and priming. **Journal of Communication**, n.57, p.142-147, 2007.